

# Brasil deverá sacar apenas US\$ 9 bi da ajuda do FMI

**Primeira parcela  
do empréstimo  
é superior a  
essa quantia**

**Diretor do BC  
afirma que saque  
do dinheiro  
não será total**

**S**omente uma parte da primeira parcela dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco de Compensações Internacionais (BIS), que juntas somam mais de US\$ 9 bilhões, deverá ser sacada pelo Brasil. A informação é do diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Demóstenes Madureira de Pinho Neto. "Vamos sacar uma parte expressiva do dinheiro, mas não o total", garantiu. Sem revelar o percentual a ser sacado, Demóstenes confirmou apenas que o dinheiro será incorporado às reservas internacionais. Ele explicou que o governo avalia "a necessidade premente de sacar" para decidir qual o percentual.

Ao contrário do que havia garantido o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, o diretor informou que a decisão final sobre o saque e o seu valor não será tomada pelo Banco Central. "Isso é uma decisão a nível de ministro", disse confirmando, portanto, que a palavra final caberá ao ministro Pedro Malan.

Na avaliação do diretor do BC, um ponto importante em fazer o

saque é demonstrar que o dinheiro existe e está à disposição do Brasil. Ele lembrou que, em acordo fechados pelo Fundo com países da Ásia, estavam previstos cronogramas de liberação de tranches no longo prazo e isso suscitou dúvidas sobre a existência dos recursos.

Demóstenes fez questão de destacar que, no acordo do Brasil, está prevista a liberação da maior parte dos recursos no primeiro ano. "Até o final de 99, nada menos que 90% dos recursos da ajuda externa já estarão liberados", enfatizou. E lembrou: "Serão US\$ 37,5 bilhões do total de US\$ 41,5 bilhões.

## **Câmbio**

O diretor do BC não quis comentar os novos boatos sobre mudanças na política cambial, que surgiram ao longo desta semana. Mais uma vez, ele insistiu que esta política seguirá inalterada. "Estamos comprometidos com a idéia de abrir a bandinha", assegurou referindo-se à política de alargamento da intrabanda cambial. Ou seja, diferença entre o piso e o teto da banda cambial.

Ao anunciar o alargamento gradual da banda em abril do ano passado, o BC estimou chegar a uma diferença entre 1,4% e 1,5% em um ano, e a 3% em três anos. Prazo que o mercado estimou, de imediato, em abril de 2001. Na última quinta-feira, em palestra no Rio, o diretor de Política Monetária do BC, Francisco Lopes, disse que os 3% podem ser atingidos ainda em 1999.

Ontem, assessores diretos do presidente do BC, Gustavo Franco, explicaram, no entanto, que as metas específicas não são mais o principal objetivo desta política. O importante, segundo as fontes, é continuar o alargamento da intrabanda. "Não temos necessariamente que atingir estas metas nos prazos estimados", confirmaram.